

DIFERENTES GERAÇÕES DE MULHERES CIENTISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Patrícia Rodrigues da Rosa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
patricia.rosa@canoas.ifrs.edu.br

Maria Carolina Martinez Andion
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
andion.esag@gmail.com

RESUMO

Nas últimas décadas houve uma expansão do campo científico da administração pública no Brasil, com o surgimento de novos cursos de graduação e pós-graduação, aumento das publicações e alargamento da agenda de pesquisa na área, ampliando o interesse por sua maior compreensão. Apesar disso, os estudos sobre a administração pública têm focado na história da disciplina ou na análise da sua produção científica, com pouca discussão sobre questões de gênero e demais desigualdades. Diante dessa lacuna, este estudo buscou recuperar e compreender a contribuição e o papel históricos das mulheres cientistas no campo da administração pública no Brasil. Para tanto, foi realizada pesquisa documental nas mais tradicionais revistas da área e junto à Associação Nacional de Pesquisa em Administração (ANPAD), para identificar as cientistas com maior publicação nesses periódicos e aquelas que assumiram posições de liderança nessa associação. A partir dessa amostra caracterizou-se três gerações de cientistas que contribuíram em diferentes períodos, da formação à consolidação do campo. A análise conjunta dos dados permitiu identificar semelhanças e diferenças entre essas gerações, possibilitando caracterizar o fazer científico dessas mulheres, assim como, levantar questões relacionadas à desigualdade de gênero e a demais assimetrias existentes no campo científico da administração pública.

Palavras-chave: Campo científico da administração pública. Mulheres cientistas. Fazer científico. Desigualdade de gênero.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve uma expansão do campo científico de administração pública (AP) no Brasil, com o surgimento de novos cursos de graduação e pós-graduação, aumento das publicações científicas e alargamento da agenda de pesquisa. Tudo isso ampliou o interesse por maior compreensão do campo, sobre sua configuração e suas características. Além disso, especialmente no âmbito da graduação, destaca-se uma maior demarcação entre administração empresarial e AP, ampliando o debate com outras áreas das ciências sociais e humanas, compondo um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecno-políticos ao qual denominou-se como “Campo de Públicas” (PIRES *et al.*, 2014).

Apesar disso, os estudos nacionais sobre a AP têm focado principalmente na história da disciplina ou na análise da sua produção científica (ROSA; ANDION, 2021). Poucos trabalhos dialogam com a sociologia da ciência e focalizam as práticas científicas, por exemplo. Mais escassos são os estudos que discutem questões de gênero e demais desigualdades no campo científico.

Diversos estudos demonstram as desigualdades existentes entre homens e mulheres no campo científico em todo o mundo. Conforme Albornoz *et al.* (2018), embora a maioria dos estudantes universitários dos países ibero-americanos sejam mulheres, o corpo docente mostra diferenças importantes de gênero. Se forem consideradas as diversas áreas do conhecimento, as diferenças são mais acentuadas, com “cursos para mulheres” e “cursos para homens”, replicando um padrão mundial de “segregação horizontal” do conhecimento. Esse mesmo estudo destaca que, apesar do Brasil ser o país ibero-americano com maior participação de mulheres em autoria de artigos científicos, a paridade entre homens e mulheres existe somente entre autores com baixa publicação (um artigo).

À medida em que se sobe para os estratos mais produtivos, a participação das mulheres tende a cair. Lima (2018) destaca que as mulheres são maioria no ensino superior e nas bolsas de formação para ciência no Brasil. Porém, quando a pesquisa chega no topo/liderança, e que se necessita de apoio para grandes projetos, as mulheres são minoria. A autora também destaca a sub-representação por área de conhecimento: exatas, engenharias e ciência da computação têm grande disparidade de gênero, sendo tradicionalmente ocupadas por homens.

A partir de um movimento que teve início no final da década de 1980 e ganhou força nos anos 2000, cientistas têm incorporado a análise de sexo e gênero em seus projetos e dado novos rumos a estudos em múltiplas áreas, como biomedicina, demografia, inteligência artificial e filosofia. Os resultados são os mais variados, de novos remédios a novos sistemas

computacionais (QUEIROZ, 2020). Levar em conta a perspectiva de gênero, trazendo novos olhares sobre os objetos de investigação, pode influenciar o fazer científico e os seus efeitos, inclusive a compreensão sobre o campo científico.

As mulheres brasileiras enfrentam desigualdade de tratamento baseada em gênero nos seus diversos campos de atuação: no trabalho, nos afazeres domésticos e na vida social. Isso reflete no trabalho das cientistas e, portanto, no fazer científico e na ciência. Embora não se encontre publicações nesse sentido, a ciência da AP parece repetir um padrão de outras ciências, com desproporção entre homens e mulheres conforme avanço na carreira. Segundo Rosa e Andion (2021b), que investigaram o campo das pós-graduações em AP no Brasil, as mulheres são minoria no corpo docente dos PPGs, têm participação desproporcional nas coordenações desses cursos e nas bolsas PQ/CNPQ, publicam menos do que os homens nos periódicos mais bem avaliados, entre outros marcadores de desigualdade de gênero.

Este artigo consiste no recorte de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo principal foi compreender como a desigualdade de gênero se apresenta no campo e afeta a experiência de mulheres cientistas atuantes na pós-graduação em AP no Brasil. Para tanto, um dos objetivos específicos do estudo e que é o foco deste artigo, foi **“recuperar e compreender a contribuição e o papel históricos das mulheres cientistas no campo da administração pública no Brasil”**.

O tema é ainda pouco explorado no país e internacionalmente. Em uma revisão sistemática a partir das bases de periódicos internacionais *Web of Science* e *Scopus*, foi encontrado apenas um artigo (SLACK *et al.*, 1996) tratando do papel da mulher na pesquisa em AP, a partir de um levantamento quantitativo de todos os artigos publicados na revista *Public Administration Review* durante seus primeiros 56 anos de existência (1940-1995). No Brasil, não foram encontrados artigos específicos sobre as contribuições das mulheres cientistas em administração, tampouco em AP.

Conforme Rosa e Andion (2021a), a maioria dos estudos sobre o campo científico da AP no país concentra-se em analisar o ensino e o perfil da pesquisa na área. Os estudos que se concentram em discutir a epistemologia da ciência em AP são escassos. Mais raros são aqueles que utilizam abordagem amparada na sociologia da ciência ou na sociologia das práticas científicas, buscando-se conhecer o fazer científico dessa área ou adotando-se uma perspectiva de gênero. Assim, o estudo se justifica pela contribuição que oferece às lacunas teóricas existentes quanto ao conhecimento sobre a ciência da AP no Brasil; acerca da contribuição das mulheres à ciência no país; e pela utilização de uma nova abordagem para estudo dos fenômenos nas ciências sociais aplicadas, a sociologia das práticas científicas.

O referencial que embasou a pesquisa mais ampla constituiu-se de quatro divisões teóricas, tratando sobre: a ciência da AP no Brasil (ensino, pesquisa e epistemologia); as contribuições da sociologia do conhecimento e da sociologia das práticas científicas para o estudo da ciência; um debate mais amplo sobre gênero, estudos feministas e desdobramentos desses estudos na administração; e estudos sobre as mulheres na ciência, investigando o panorama dos estudos nacionais e internacionais, assim como os aspectos que contribuem para a desigualdade de gênero. Por limitação de espaço, este artigo não aprofunda nessas discussões teóricas, mas um estudo mais detalhado pode ser encontrado em Rosa (2022).

2 MÉTODO DA PESQUISA

Para compreender a contribuição das cientistas, buscou-se retrair a trajetória do campo da AP e a participação dessas mulheres no seu desenvolvimento, utilizando-se pesquisa documental e análise histórica. Os documentos foram obtidos através de sites, livros e periódicos diversos que trouxessem informações sobre as cientistas em diferentes épocas. Destacam-se os primeiros e principais periódicos da área no Brasil: Cadernos de Administração Pública, Revista do Serviço Público (RSP) e Revista de Administração Pública (RAP), dos quais foram obtidos cerca de 5.000 artigos para identificação de autorias e assuntos abordados nos trabalhos nos últimos 80 anos.

Na RSP foram acessados artigos de 1937 a 1969; nos Cadernos de Administração Pública, trabalhos de 1954 a 1971; enquanto na RAP foram publicações de 1967 a 2020. Ou seja, foram utilizados os períodos completos de publicação das duas últimas revistas. Os dados desses artigos – referências, títulos dos trabalhos, nomes e informações diversas sobre os autores (homens e mulheres), identificação de editores, etc. – foram organizados em planilhas eletrônicas, de onde se fez diferentes filtros.

Além da análise da (des)proporção entre homens e mulheres que publicaram nas revistas no período, foram selecionadas as autoras que tiveram a partir de quatro publicações por recorte de tempo. Essas informações foram complementadas com dados obtidos no site da ANPAD referentes à composição da sua diretoria e à coordenação da área de AP, desde a sua constituição até o triênio atual. Muitas informações também foram obtidas do artigo de Fadul *et al.* (2014). A integração dos dados dos periódicos e da ANPAD, assim como os recortes realizados no período que engloba desde o início da ciência da AP no Brasil até a atualidade, possibilitou delimitar diferentes gerações de cientistas para as análises.

Posteriormente, buscou-se realizar uma caracterização do fazer científico das cientistas. Em relação à primeira geração buscou-se dados em documentos históricos. Para

as demais pesquisadoras identificadas na segunda e na terceira gerações foram analisados seus currículos Lattes, buscando-se um perfil da sua trajetória profissional.

Outra informação relevante é quanto à cor ou raça das cientistas, visto que esta característica também é fator de desigualdade na sociedade brasileira e reflete no campo científico. A identificação foi simplificada em duas classificações e nomenclaturas – brancas e negras – sendo este último grupo composto por pessoas pretas e pardas (BRASIL, 2010). O critério de heteroidentificação de cor foi utilizado baseando-se em fotografias disponibilizadas pelas professoras nos sites dos programas e/ou em seus currículos Lattes. No caso de inexistência de imagem nesses espaços recorreu-se a pesquisas via Google.

3 MULHERES QUE FIZERAM A HISTÓRIA DA CIÊNCIA DA AP NO BRASIL

A partir da análise dos dados chegou-se à contribuição de três gerações de mulheres cientistas, nos diferentes períodos de formação e consolidação do campo: no surgimento do ensino de AP no país; na formação da pós-graduação e constituição da ANPAD; e nos tempos atuais, de consolidação da pós-graduação e do campo científico, conforme segue.

3.1 PRIMEIRA GERAÇÃO: “AS DESBRAVADORAS”

O ensino em AP surge no Brasil com a busca de uma administração pública profissional, a partir da era Vargas (anos 1930). O objetivo era o treinamento de servidores públicos por meio do DASP, que passou a disseminar as teorias da administração e seus princípios de eficiência, com forte influência americana. O ideal do desenvolvimentismo e o esforço de profissionalização ganharam impulso nos anos 1940. A cooperação internacional de países ricos, empenhada em acelerar o desenvolvimento de países onde realizariam investimentos no pós-guerra, promoveu o incentivo à educação, contemplando o Brasil (FISCHER, 1984).

Com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e por intermédio do DASP, criou-se no Brasil a Fundação Getúlio Vargas (FGV), à época um centro de estudos. No início dos anos 1950 essa fundação criou o Instituto Brasileiro de Administração (IBRA) e, a partir dele, a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), em 1952, no Rio de Janeiro. A EBAP surge como uma instituição de ensino, pesquisa e assistência técnica e que contava com a cooperação de professores e instituições americanas – reforçada mais tarde por um convênio entre Brasil e Estados Unidos que resultou na criação de novos cursos em

universidades como UFBA e UFRGS e a criação da EAESP/FGV (COELHO, 2019; FARAH, 2011; FISCHER, 1984)

A FGV, em seu período inicial, foi subvencionada pelo governo brasileiro e recebeu auxílio da ONU sob forma de assistência técnica, principalmente através de bolsas de estudo e da colaboração de professores visitantes da Europa e dos Estados Unidos (WAHRLICH, 1967). A EBAP simbolizava o início da formação acadêmica em AP no país,

no emprego de docentes estrangeiros e brasileiros com instrução e vivência em administração pública, dedicados, em período integral, ao ensino, pesquisa e extensão nesse campo do saber; na organização de uma 'biblioteca' de administração pública, com a catalogação de um acervo basilar e com a publicação (incluindo a tradução) de manuais, revistas e relatórios de investigação (COELHO, 2019, p. 47).

A FGV inaugurou a graduação (anos 1950) e a pós-graduação (anos 1970) *stricto sensu* em AP (e privada) no Brasil, tendo a sua história confundida com a história dessa ciência no país. Diante dessa referência, realizou-se pesquisa junto aos arquivos da FGV para identificar a formação inicial de seu quadro de professores que, embora atuassem em nível de graduação, já realizavam pesquisas importantes que contribuíram para o desenvolvimento da ciência da administração no Brasil.

Esse estudo focou principalmente na primeira publicação científica do campo, os Cadernos de Administração Pública, buscando traços da presença e do trabalho das primeiras pesquisadoras da área. A maioria delas exercia docência, enquanto algumas, especialistas em suas áreas, geraram contribuições à administração e à AP a partir da publicação de seus trabalhos.

3.1.1 As autoras dos Cadernos de Administração Pública (1954-1971)

Os Cadernos de Administração Pública foram publicados pela EBAP no período de 1954 a 1971 e buscavam suprir a falta de literatura especializada na área no Brasil e na América Latina, que até então era formada por obras estrangeiras, principalmente americanas, não traduzidas para português (SILVA, 1954). Nos anos 1960 a Escola recebeu, ainda, um incentivo financeiro da Fundação Ford para a pesquisa e a produção de obras originais brasileiras no campo (WAHRLICH, 1966).

Esses Cadernos traziam a tradução de obras das quais a EBAP obtinha concessão e também os materiais elaborados pelos próprios professores, baseados principalmente: em apostilas que haviam preparado inicialmente para as disciplinas; no resultado de suas pesquisas/dissertações de mestrado em AP realizados geralmente nos Estados Unidos; e no

resultado e registro da aplicação de novos conhecimentos científicos da administração a casos práticos de AP no Brasil, nas esferas federal, estaduais e municipais.

Os modelos adotados para as publicações foram os de ensaio e monografia, inspirados nos “*cahiers*” franceses (SILVA, 1954). Os conteúdos tratavam de novas abordagens/teorias da administração e da aplicação das suas ferramentas ao setor público, na busca de racionalização e eficiência aos moldes da administração clássica. Um conjunto de trabalhos dedicou-se a publicar resultados de pesquisas realizadas na própria EBAP, acompanhando a formação de alunos em diferentes estágios. Estes foram desenvolvidos por professoras-pesquisadoras, sinalizando para uma primeira distinção nos enfoques de trabalhos de homens e mulheres na revista.

No período de 1954 a 1971 foram lançados 82 Cadernos e muitos deles tiveram duas ou mais edições. Assim, as publicações totais ocorreram no período de 1954 a 1977 e tiveram 104 Cadernos publicados. Destaque se dá ao Caderno 42, sobre “Uma análise das teorias de organização”, de Beatriz Wahrlich (1958), que teve cinco edições. Destaque também a Benedicto Silva, que foi autor de onze diferentes Cadernos, dos mais variados assuntos.

Os autores dos Cadernos eram de diferentes nacionalidades e profissões. Entre os brasileiros houve 36 autores, dentre os quais 1/4 eram mulheres. A primeira autora brasileira foi Beatriz Wahrlich, em 1958. As demais escritoras publicaram de 1965 a 1970. Em geral, os autores e autoras brasileiros lecionavam ou pretendiam lecionar na EBAP e possuíam outras experiências profissionais prévias ou concomitantes – no DASP, em postos de alto escalão de governos, em empresas próprias de consultoria, na docência em universidades públicas ou privadas ou em escolas de nível secundário. Muitos professores receberam bolsas para cursar seus mestrados em AP principalmente nos Estados Unidos, com o objetivo específico de retornar à carreira de tempo integral na EBAP. A figura 1 apresenta o primeiro grupo a cursar mestrado em AP no exterior, onde encontra-se Beatriz Wahrlich, única mulher entre futuros professores.

Escritores estrangeiros foram mais frequentes na década de 1950. Concediam a permissão de tradução de obras já lançadas em seus países ou, entre aqueles que eram professores na EBAP, desenvolviam Cadernos específicos. Em geral, tinham exercido importantes cargos junto a governos, além de experiências prévias como professores e escritores de AP em seus países. Foram publicadas edições de 12 autores estrangeiros, de oito países, e uma edição das Nações Unidas sobre casos de países europeus, União Soviética e Estados Unidos.

Figura 1 – Primeiro grupo de bolsistas da EBAP, em 1952



Fonte: FGV (2014).

O único artigo estrangeiro de autoria feminina foi de Catheryn Seckler-Hudson (1902-1963), autora de “Principais processos de organização e direção” (1955), que também foi a primeira mulher a publicar nos Cadernos. Trata-se de uma escritora norte-americana da área de organização e direção. Nesse período ela era chefe do Departamento de AP e Ciência Política da *American University* e publicava importantes trabalhos na área. Anteriormente ela editou o livro *Processes of Organization and Management* nos Estados Unidos, concedendo à EBAP a permissão para traduzi-lo e editá-lo (SILVA, 1955).

Catheryn era cientista política e professora, e ensinou Ciências Políticas e Administração Pública na *American University* de 1933 a 1963. Também foi reitora da Escola de Governo (1957-1963) e fundou o *Washington Semester Program*. Entre suas obras, o livro *Our Constitution and Government* (1940) teve ampla distribuição internacional (BOWMAN, 1995). Anualmente a *American University* concede aos alunos o “Prêmio Catheryn Seckler-Hudson” (AMERICAN UNIVERSITY, 2021).

As autoras brasileiras, em geral, possuíam experiência anterior com docência em universidades públicas ou privadas, em escolas para servidores públicos e em escolas de nível secundário e/ou técnicas, inclusive da FGV. A maioria tinha formação em psicologia e/ou alguma especialização nessa área ou em pedagogia. Nove autoras publicaram nos Cadernos de Administração Pública, com uma delas realizando três diferentes publicações. O quadro 1 apresenta a relação das autoras e suas obras.

Quadro 1 – Autoras brasileiras dos Cadernos de Administração Pública

Ano	Autoras	N.	Títulos dos Cadernos
1958	Beatriz M. de Souza Wahrlich	42	Uma análise das teorias de organização (5 edições: 1958, 1969, 1971, 1977, 1986)
1962	Ruth Scheffer	48	Introdução aos testes psicológicos (2 edições: 1962 e 1968)
1965	Riva Bauzer (1)	56	Formação para a administração pública: seleção de candidatos ao curso superior de graduação da EBAP
1965	Maria Pia Duarte Gomes	58	Processo decisório
1965	Fela Moscovici	59	Laboratório de sensibilidade: um estudo exploratório
1966	Riva Bauzer (2)	63	Formação para a administração pública
1968	Ana Maria Brasileiro	72	O assessoramento legislativo
1970	Marina Brandão Machado	75	Estágios de treinamento para estudantes de administração: a experiência da EBAP
1970	Riva Bauzer (3)	77	Formação para a administração pública – III: um estudo sobre escolha ocupacional e preparação profissional
1970	Maria Angela V. de Almeida	79	Instrução programada: teoria e prática
1971	Ethel Bauzer Medeiros	82	O lazer no planejamento urbano (2 edições: 1971 e 1975)

Fonte: dados da pesquisa.

Algumas dessas autoras foram docentes da EBAP em disciplinas de suas áreas de formação (letras, psicologia, etc.), enquanto Beatriz Wahrlich (1958) e Maria Pia Gomes (1965) foram professoras de disciplinas específicas de administração. O Caderno/livro de Beatriz Wahrlich e outros trabalhos seus foram considerados de grande contribuição à administração e à AP, como se verá adiante.

Analisando os Cadernos de Administração Pública é possível constatar diferenças de enfoque nas publicações por gênero. Em geral, há predominância de autores masculinos tratando de aspectos mais técnicos e ferramentais de administração da época. Enquanto é possível observar maior preocupação com a docência/ensino, com aspectos pedagógicos e os resultados do trabalho da EBAP nesse sentido, nas temáticas tratadas pelas mulheres. As diferentes formações e experiências profissionais das escritoras e dos escritores dos Cadernos certamente contribuíram para essa diferença de enfoques.

Nas listagens publicadas em Bomeny e Motta (2002) é possível observar que na primeira década da Escola (1952-1962) a única professora na área de administração é Beatriz Wahrlich, lecionando “Administração de Pessoal”. Há presença de muitas outras mulheres no período, mas lecionando disciplinas nas áreas de psicologia, letras, estatística e humanidades. No início da década de 1960 ingressaram professoras de disciplinas de economia e de relações públicas/comunicação. E a partir de 1963 a EBAP passa a ter mais professoras em várias disciplinas de administração.

A partir de 1970, contudo, é marcante a redução de professoras na EBAP em todas as áreas do conhecimento. Durante essa década elas lecionaram algumas poucas disciplinas nas áreas de psicologia, administração, economia, matemática e humanidades. Esse período também coincide com o término da gestão de Beatriz Wahrlich (1966-1970) e da era DASP,

cujos diretores foram Benedicto Silva (1954-1965) e Raul Bittencourt (1965). Em 1970 assume Kleber Nascimento (1970-1973), primeiro ex-aluno da EBAP a dirigir a instituição. Apesar da sua formação em AP, Kleber Nascimento possuía visão mais voltada à administração empresarial (onde trabalhava com consultoria). Nascimento (2002) reconhece que, ao assumir a coordenação da pós-graduação na EBAP, aprofundou a ideia de extinção da graduação, efetivada em 1980.

Outras discussões marcaram essa época e geraram impacto no trabalho do(a)s professore(a)s, como as tentativas de mudar o currículo e a ênfase no ensino de AP. “Dúvidas surgiram quanto à identidade da Escola; qual o caminho a seguir. Qual era o papel da pós-graduação, que já então competia com a própria graduação? Foi um período muito complicado” (VIEIRA, 2002, p. 61). Fato é, no entanto, que nesse processo de racionalização e cortes de pessoal nos anos 1970, as mulheres é quem foram marcadamente desligadas do quadro docente da EBAP.

Na maior parte dos casos, as pioneiras da AP atuavam como professoras nas áreas de pedagogia e psicologia. Com maior foco na AP destacam-se Ana Maria de Freitas, com formação na área jurídica, em ciência política e em políticas públicas, e Beatriz Wahrlich, que, por sua formação, seu protagonismo e sua contribuição ao campo, tem aqui a sua trajetória aprofundada.

No início da carreira, Beatriz Marques de Souza Wahrlich (1915-1994), formada em contabilidade, trabalhou como funcionária do DASP, onde atuou como diretora dos cursos de Administração e ajudou na criação da FGV. Em 1952 foi selecionada para uma bolsa de estudos das Nações Unidas (FGV, 1953), com o objetivo de retornar posteriormente ao Brasil e lecionar na EBAP. Em 1954 tornou-se “*Master of Public Administration*” na *Graduate School of Public Administration and Social Science*, da *New York University*, e foi contratada como professora da EBAP/FGV, seguindo com suas funções no DASP em paralelo.

Sua dissertação de mestrado sobre teorias da organização foi inicialmente traduzida pelo DASP, que passou a publicá-la em capítulos na RSP em 1957. Em 1958 seu trabalho foi publicado nos Cadernos de Administração Pública que, pela sua grande procura, o lançou em cinco edições. A segunda, a terceira e a quinta edições foram revisadas e ampliadas com novos capítulos, trazendo novas percepções sobre o tema. Realizar a pesquisa nessa área foi um desafio inclusive na academia americana, onde a ciência da administração se desenvolvia há mais tempo. Conforme Wahrlich (1969), não foi fácil obter a necessária permissão da universidade, onde havia nítida preferência pela pesquisa empírica.

Beatriz foi a primeira mulher professora de administração no Brasil, lecionando as disciplinas de Administração de Pessoal I e II, no período de 1954 a 1971, na EBAP. No final

do ano de 1970 ela assumiu a função de Secretária-Executiva de Cooperação Técnica na Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) da Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Em 1973 ela retornou às suas atividades na FGV, passando a prestar atividade de assessoria/consultoria à SUBIN. A extinção de seu contrato se deu no final de 1992, por motivos de saúde, totalizando mais de quarenta anos de dedicação ao ensino e à gestão de cursos de administração em nível técnico (DASP) e em nível superior (FGV).

Beatriz Wahrlich foi a primeira autora brasileira na área de administração, publicando na RSP e nos Cadernos, conforme observado. Também foi a primeira e única mulher diretora da EBAP/EBAPE em toda a sua história, tendo exercido sua gestão no período de 1966 a 1970. Nessa época, inclusive, defendeu a ideia de eleições para a diretoria da Escola e a introdução do sistema de créditos na graduação, antes da sua adoção oficial no Brasil com a Reforma Universitária de 1968 (VIEIRA, 2002).

Segundo Bresser-Pereira (2001), Beatriz Wahrlich foi a principal teórica da reforma desenvolvimentista nos anos 1960 e 1970, e o seu livro “A reforma administrativa da era de Vargas” (1983) constitui a obra fundamental para a análise da Reforma Burocrática no Brasil. O autor declara que, pela qualidade de seus estudos, de sua pesquisa e de seu ensino, ela merece o título de “Patrona da Administração Pública no Brasil”.

Embora sua trajetória tenha iniciado nos anos 1940-1950, na primeira geração de professoras-autoras da AP, Beatriz seguiu lecionando e publicando trabalhos importantes nas décadas seguintes, nos temas de reforma administrativa; gestão de pessoas no setor público; estrutura de organizações públicas; e também é apontada como referência em estudos sobre a evolução nas ciências administrativas no Brasil e na América Latina (MEZZOMO; LAPORTA, 1994). Dessa forma, ela também foi uma das autoras que mais publicou na RAP.

3.1.2 As autoras na Revista do Serviço Público

Assim como os Cadernos de Administração Pública, outro periódico pioneiro da área é a Revista do Serviço Público (RSP). Segundo Keinert e Vaz (1994), a RSP surge comprometida com o objetivo do Governo Vargas de implementação de um novo modelo de Estado, buscando cumprir as novas tarefas a ele destinadas no processo de industrialização do Brasil.

Em sua primeira fase (1937-1945), o foco maior da revista foi na eficiência do trabalho dos servidores públicos, bastante influenciada pelos princípios da administração científica. Na fase seguinte, a partir de 1946, a revista buscou incorporar a discussão política e ampliar seu

alcance para três públicos distintos, “uma clientela geral, o público; uma clientela específica, o funcionalismo; e uma clientela especial, o Parlamento” (EDITORIAL, 1946, p. 3).

Ao longo desses 85 anos, a Revista do Serviço Público vem acompanhando a trajetória da AP brasileira e publicado artigos sobre as experiências de servidores públicos e artigos acadêmicos. Nesse sentido, buscou-se através de dados históricos observar a presença de autoras em seu período inicial, abrangendo os anos de 1937 a 1969, para ampliar a análise por meio do cotejo das duas revistas. Foram consultados 3.024 artigos desse período e verificada a presença de autoras em termos quantitativos, identificando aquelas que mais se destacaram em volume de publicações. Do total de 3.109 autores de artigos do período, 2.975 (96%) eram homens e 134 (4%) eram mulheres.

Nas primeiras décadas, as autoras escreviam principalmente sobre assuntos ligados a procedimentos para bibliotecas, arquivos e outras tarefas administrativas correspondentes às funções que exerciam. É nos anos 1950 que surgem mais publicações sobre administração. Três autoras se destacaram no período, em termos de volume de publicações e de enfoque em administração/administração pública: Beatriz Wahrlich (com 13 artigos), Amélia Duarte (com 2 artigos) e Bertha Haines (com 37 artigos), sendo as duas últimas da área jurídica.

Beatriz Wahrlich escrevia primeiramente (anos 1940) sobre a função organização, passando para a análise das principais teorias da organização (fruto de sua dissertação de mestrado) nos anos 1950. De 1950 a 1953, a americana Bertha Moser Harner Haines publicou artigos sobre “princípios de problemas de governo”, baseada no livro de mesmo título e que escreveu com seu esposo, Charles Haines (professor de Ciência Política da *University of California*), no ano de 1921. Não foram encontradas informações complementares sobre Bertha Haines até a conclusão do estudo.

A primeira autora de assuntos relacionados ao serviço público na RSP, no entanto, foi Amélia Duarte, bacharela em Direito pela USP e escritora de Direito Público/Constitucional. Em março de 1938 ela escreveu sobre “A funcionária pública sob a constituição de 1937” e em dezembro do mesmo ano publicou “O problema de um estatuto para os funcionários públicos”. Ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo de procuradora de justiça do Rio de Janeiro, capital federal na época, ingressando na instituição em 1936.

Entre as tantas restrições sociais e legais impostas às brasileiras até as primeiras décadas do século XX, estava a proibição de acesso a cargos públicos e/ou a permanência nos mesmos após o matrimônio. A Constituição Brasileira de 1934 começa a mudar essa situação e a Constituição de 1937 reforça essa mudança, tornando-a mais explícita em seu texto. É sobre essas e outras questões ligadas à mulher e ao funcionalismo público que Amélia

escreve. Em março de 2010, a RSP republicou seu artigo de março de 1938 em memória às lutas pelos direitos civis das mulheres brasileiras. No texto, a autora destaca o período de mudanças pelo qual o país passava e atribui ao Estado Novo e à Era Vargas “uma mentalidade inteiramente nova no Brasil” (DUARTE, 2010, p. 115).

Com escrita contundente, Amelia inicialmente faz críticas ao governo Washington Luís, aquele que definiu a questão social como “caso de polícia”, e também à reforma da constituição de 1891, ocorrida no ano de 1926, que em nada avançou nessas questões. É a Constituição de 1934, em sua visão, que traz grandes avanços, sobretudo com relação ao serviço público, onde “a exemplo da constituição alemã, dedicou ao funcionalismo público cuidados especiais de proteção aos seus particulares interesses e, mui especialmente, à mulher garantiu, como norma geral, o direito de acesso a todos os cargos públicos, qualquer que fosse o seu estado civil” (DUARTE, 2010, p. 114).

A autora ainda faz uma apreciação do ambiente brasileiro anterior a essa legislação, revelando a condição da mulher na República Velha e nas leis que a regiam, impedindo-a de votar e ser votada, possuir empresa em seu nome, exercer função pública após casar-se, etc. Destaca a importância da “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino ” no avanço das questões da mulher junto à Segunda Assembleia Constituinte Republicana, preparando emendas e encaminhando-as a políticos que aderiram à causa e as incorporaram na Constituição Federal de 1934. Dentre elas, “achava-se a que interditava à lei ordinária o afastamento da mulher de qualquer cargo público em razão do sexo ou do estado civil, que a Constituição de 1934 consagrou” (DUARTE, 2010, p. 115). A partir de então, muitas mulheres foram nomeadas para cargos de acentuado destaque e responsabilidade, onde “ao lado das oficiais de gabinete de Ministros e da Presidência da República, figuravam as promotoras públicas, as consulesas e as professoras de escolas superiores” (DUARTE, 2010, p. 115).

Embora não tenha realizado formação e docência em AP, e não tenha se dedicado exclusivamente à pesquisa, Amelia Duarte fez uma contribuição importante à área a partir de seu trabalho e seu exemplo no direito público, sobretudo problematizando sobre o estatuto do servidor público, de forma geral, e sobre o trabalho das mulheres no serviço público, em particular.

3.1.3 Apontamentos sobre uma primeira geração de mulheres cientistas da AP no Brasil

Nessa primeira geração, as pesquisadoras brasileiras de AP, em geral, não possuíam formação específica na área. Grande parte dessas autoras passou a lecionar e a pesquisar nas áreas de psicologia e de pedagogia no campo da AP, conforme suas formações.

Os cursos de administração ainda estavam iniciando no país, a pós-graduação só viria nas décadas seguintes, e o(a)s próprio(a)s professore(a)s da FGV buscavam qualificação nos Estados Unidos para exercer docência. Assim, era escassa a presença das mulheres nos cursos de graduação em administração, sobretudo na condução de disciplinas específicas da área. Conseqüentemente, a produção científica especializada da época também refletia isso.

Algumas mulheres, no entanto, já se destacavam nessa produção e exerciam cargos públicos importantes. E tratavam, a partir da teoria ou da prática, de aspectos relevantes à AP. Uma das autoras destacadas foi Amélia Duarte que, embora não atuasse como docente, contribuiu com a RSP através de seus trabalhos sobre direito dos servidores públicos, especialmente sobre a condição das mulheres enquanto servidoras públicas.

Também destaca-se Beatriz Wahrlich, que nos anos 1940 já trabalhava como coordenadora de cursos no DASP, fez parte da criação da FGV e que nos anos 1950 mudou para outro país para se qualificar em AP. Beatriz retorna como mestre nessa área em 1954 e assume seu trabalho na FGV, como docente e como diretora da instituição, onde trabalha até os anos 1990. Ela também realizou várias publicações na RSP e nos Cadernos dessa época, assim como na RAP mais tarde, trazendo importantes contribuições para a administração, em geral, e para a AP, em particular. Ainda sobre o seu pioneirismo, Beatriz também viria a atuar junto à AP federal, no Ministério do Planejamento.

Diante disso, cabe observar que, apesar de um espaço mínimo reservado às mulheres no campo até os anos 1970, essa geração teve um papel de grande relevância no ensino, trazendo temáticas pouco tratadas até então, ajudando a pensar questões de docência, ensino-aprendizagem e de fortalecimento da área. Da mesma forma, contribuíram com uma produção científica que se destaca por fazer uma análise mais plural e focada nas experiências e na prática. Isso também caracteriza certa diferença com relação aos enfoques dos trabalhos de autores homens (que abordavam aspectos mais técnicos da administração) na revista nessa época.

3.2 SEGUNDA GERAÇÃO: “AS PRIMEIRAS CIENTISTAS” DO CAMPO E O NASCIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS

O final da década de 1960 e o início da década de 1970 foi um período marcado pelo processo de institucionalização da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil para o formato atual, voltado à formação de professores-pesquisadores e com dedicação integral à docência. Dessa forma, seguia-se o processo da reforma universitária do final dos anos 1960, as exigências de titulação do corpo docente nas universidades e, no caso da administração,

havia ainda o estímulo do período de desenvolvimento econômico que se vivia, com o ingresso de multinacionais no país e a exigência de profissionais qualificados (BERTERO, 2006; FACHIN, 2006).

Segundo Fischer (2006), se a graduação e as primeiras escolas de administração nasceram induzidas por políticas formuladas em acordos de cooperação internacional, a pós-graduação *stricto sensu* foi um movimento nacional, resultado da consolidação das primeiras escolas e de programas nacionais, como o Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) da FINEP, nos anos 1970, e da ação indutora da CAPES, que estimulou a criação de associações de pós-graduação .

A pós-graduação em AP, no entanto, nasce no mesmo período em que a graduação em AP começa a perder espaço para a administração empresarial. Segundo Coelho e Nicolini (2013), a pós-graduação *lato sensu* em AP, com cursos de especialização na área, data dos anos 1960, enquanto os programas *stricto sensu* surgem no início dos anos 1970 com cursos de mestrado. A FGV é novamente pioneira, dando início ao mestrado em AP na EBAP em 1971, com foco em *public policy*, e ao mestrado em administração empresarial na EAESP em 1976, porém com uma área de concentração em AP.

Na UFBA, o curso de mestrado em administração surge em 1982, com área de estudos em AP. Na UFRGS, a pós-graduação surge em 1973 com dois tipos de mestrado, em administração empresarial e em AP, sendo reorganizada em 1975 em um só mestrado com diferentes áreas de concentração. “Aliando a formação acadêmica com a profissionalização, esses cursos (ou áreas de concentração) de mestrado em AP na EBAP, EAESP, UFBA e UFRGS, atraíam tanto acadêmicos com interesse em ensino e pesquisa, como profissionais do setor público ávidos por aperfeiçoamento” (COELHO; NICOLINI, 2013, p. 416).

Dessa forma, a pós-graduação *stricto sensu* inaugura uma nova era para a pesquisa em AP no Brasil a partir dos anos 1970. Os programas citados (com exceção ao da UFBA) também foram fundadores da ANPAD em 1976, e evoluíram em tamanho e qualidade nos anos 1980 (COELHO; NICOLINI, 2013). A criação da ANPAD buscava congregar os diferentes programas de pós-graduação (PPGs) em administração para que pudessem trocar experiências e inserir-se no sistema que então se delineava, no qual duas agências federais que já existiam, a CAPES e o CNPq, passavam a ter novas funções e a desempenhar papel relevante na pós-graduação, como acontece até os dias atuais (BERTERO, 2006, p. 13).

Esse período teve mais um marco relevante para a ciência da AP: a criação da RAP no final dos anos 1960, publicada pela EBAPE/FGV no período em que deixava de produzir os Cadernos de Administração Pública. Essa revista constituiu-se num importante veículo de

divulgação das pesquisas dessa área, sendo até hoje publicação líder em administração e políticas públicas no Brasil (RAP, 2021).

Assim, emerge uma segunda geração de mulheres cientistas da AP neste estudo. Essa geração envolve aquelas mulheres que foram autoras no período inicial da RAP, que participaram da composição da ANPAD nas suas décadas iniciais e que também atuavam como professoras pesquisadoras no início da pós-graduação em AP no país. A título de recorte para delimitar as diferentes gerações, “as primeiras cientistas” propriamente ditas são destacadas no período do início dos anos 1970 até o início dos anos 2000.

3.2.1 As autoras da RAP de 1967 a 2000

Apesar da RAP ser uma revista especializada em AP, muitos artigos publicados na sua fase inicial tratavam de outras áreas da administração, com foco empresarial. Da mesma forma, muitos artigos tinham como *locus* setores públicos importantes, mas cujas pesquisas foram conduzidas em PPGs e institutos de pesquisa voltados a esses setores (como no caso da saúde, com pesquisas e autoras das áreas de medicina, saúde pública, etc.) (MEZZOMO; LAPORTA, 1994).

Selecionou-se, nesta seção, autoras que publicavam artigos voltados à AP, assim como temas relacionados à educação/ensino e a práticas de pesquisa. Da mesma maneira, autoras que não deram continuidade às publicações na revista (a maioria delas), com até três publicações no período de trinta anos, não foram consideradas nessa seleção. Aquelas que publicaram nas duas gerações em que a RAP foi dividida (de 1967 a 2000 e de 2001 a 2020) foram consideradas no período em que tiveram mais artigos publicados. O quadro 2 apresenta a lista de autoras que publicaram com maior regularidade no período e que compõem uma amostra da segunda geração de mulheres da AP.

Quadro 2 – Autoras que mais publicaram na RAP no período de 1967 a 2000, em administração pública e em temas de ensino e pesquisa

Autoras	Vínculos Institucionais
Anna Maria de Souza Monteiro Campos	EBAPE/FGV; UERJ
Deborah Moraes Zouain	EBAPE/FGV; UNIGRANRIO
Fátima Bayma de Oliveira	EBAPE/FGV
Maria das Graças de Menezes Venâncio Paiva	UFRN
Maria do Socorro Macedo Vieira de Carvalho	UNB; EBAP/FGV(Brasília)
Moema Miranda de Siqueira	UFMG
Sonia Maria Fleury Teixeira	EBAPE/FGV
Sylvia Constant Vergara	EBAPE/FGV
Tania Maria Diederichs Fischer	UFBA

Fonte: dados da pesquisa.

3.2.2 A ANPAD e as primeiras mulheres em cargos de direção e coordenação da área de AP em sua estrutura inicial

A ANPAD foi criada em 1976 por universidades que possuíam programas *stricto sensu* em AP (FGV/EBAP) ou em administração com alguma área de concentração em AP (FGV/EAESP e UFRGS). Dessa forma, desde o seu surgimento essa é uma das áreas consideradas prioritárias pela Associação. Diante disso, buscou-se fazer um resgate da composição da direção dessa entidade ao longo da sua existência e observar a presença de mulheres nesses cargos. Embora essa presença tenha sido rara ao longo da história da entidade, em suas décadas iniciais algumas pesquisadoras já se destacavam, conforme destacado no quadro 3.

Assim, há a presença de Eunice Lacava Kwasnicka como secretária executiva da entidade no período de 1983 a 1984. Posteriormente tem-se Suzana Braga Rodrigues como secretária executiva de 1985 a 1986, como diretora científica de 1987 a 1988 e, finalmente, como primeira presidente da ANPAD no período de 1987 a 1988. Ou seja, sua trajetória se dá ao longo de três gestões, em passos incrementais até a posição de presidente. Eunice Kwasnicka e Suzana Rodrigues, no entanto, não atuavam em AP.

Quadro 3 – Composição da direção da ANPAD por mulheres até o ano 2000

Biênio/Triênio	Direção
1983-1984	Presidente: Roberto Costa Fachin (UFRGS) Secretaria Executiva: Eunice Lacava Kwasnicka (USP)
1985-1986	Presidente: Roberto Venosa (EAESP/FGV) Diretoria Científica: Clovis L. Machado da Silva (UFPR) Secretaria Executiva: Suzana Braga Rodrigues (UFMG)
1987-1988	Presidente: Clovis L. Machado-da-Silva (UFPR) Diretoria Científica: Suzana Braga Rodrigues (UFMG) Secretaria Executiva: Sílvio Aparecido dos Santos (USP) Diretoria Administrativa: Paulo Fiúza Bocater (PUC/RJ)
1989-1990	Presidente: Suzana Braga Rodrigues (UFMG) Diretoria Científica: Paulo Cesar Motta (PUC/RJ) Diretoria Administrativa: Tania Maria D. Fischer (UFBA)
1991-1992	Presidente: Tania Maria D. Fischer (UFBA) Diretoria Científica: Maria Tereza Leme Fleury (USP) Diretoria Administrativa: Roberto Moreno (PUC/RJ)

Fonte: dados da pesquisa.

De forma semelhante, Tania Fischer fez parte da direção da entidade durante duas gestões, ocupando a função de diretora administrativa no período de 1989 a 1990 (sob a presidência de Suzana Rodrigues) e, finalmente, ascendendo a presidente no período de 1991 e 1992. Maria Tereza Leme Fleury ocupou a posição de diretoria científica da entidade no período de 1991 a 1992, sob a presidência de Tania Fischer.

Num período de dez anos ininterruptos houve a presença de quatro mulheres na direção da ANPAD, sendo duas delas presidentes, e em geral essas mulheres trabalharam nas mesmas equipes. Após esse período, **a ANPAD permaneceu por trinta anos sem qualquer mulher na sua presidência e por quase vinte anos sem qualquer mulher em cargos de diretoria**, conforme poderá ser observado na seção 3.3. Entre as mulheres que ocuparam cargos na diretoria da ANPAD dos anos 1970 até os anos 2000, apenas Tania Fischer desenvolveu seu percurso acadêmico em AP.

As discussões na área de AP na ANPAD tinham um alcance ainda pequeno. Conforme descreve Spink (2006, p. 195) sobre a sua experiência nesse sentido, na oitava reunião da ANPAD, em 1984, “felizmente a sala alocada para a área de AP foi pequena, porque éramos cinco pessoas; quatro apresentadores e uma plateia de um”. Naquela época, período de transição entre os governos militar e civil no país, a área pública não estava em evidência. “De pesquisadores havia uma ou duas pessoas na UFBA, na UFRGS e na FGV (Rio e São Paulo)” (SPINK, 2006, p. 195). Nos anos 1990, a pesquisa na área de AP volta a se expandir.

O estudo de Fadul *et al.* (2014) faz uma reflexão sobre o campo da AP no Brasil, descrevendo e analisando fatores que influenciam a produção acadêmica nessa área. Entre várias contribuições do estudo, os autores apresentam a trajetória da área no âmbito da ANPAD. A integração da AP como área para submissão de trabalhos ocorreu em 1985 no IX ENANPAD e recebeu a denominação de “Política e Negócios Públicos”; e em 1987 mudou para “Administração Pública”, sendo mantida dessa forma até o ano 2000.

No início desse período o número de trabalhos recebidos era baixo, mas passou a alcançar em torno de 150 submissões após 15 anos de evento. Fadul *et al.* (2014) explicam que nessa época, embora crescessem os programas de mestrado e doutorado em administração no Brasil, eram poucas as linhas de pesquisa em AP. E que, a partir de meados dos anos 1990, o objeto de estudo da AP entrou na agenda de pesquisa inclusive de estudiosos que não eram desse campo, elevando significativamente o número de submissões de artigos na área nos ENANPADs e levando a novas subdivisões da mesma nos anos 2000.

Nesse sentido, é importante ressaltar o papel do(a)s coordenador(a)s da área de AP na ANPAD, devido à importância estratégica de seu trabalho. O quadro 4 apresenta as coordenadoras da área de AP na ANPAD, desde a sua segmentação para as submissões de trabalhos até o final dos anos 1990.

Evidencia-se que, no período inicial da ANPAD, além de Tania Fischer na diretoria administrativa (1989-1990) e na presidência (1991-1992), outras três mulheres tiveram protagonismo assumindo a coordenação da área de AP: Celina M. de Souza (1989-1990), da UFBA; Marta Farah (1995-1996), da EAESP/FGV; e Élvia Fadul (1997-1998), da UFBA.

Quadro 4 – Coordenadoras da área de AP da ANPAD, de 1985 ao final dos anos 1990

Ano	Nomenclatura da Área	Coordenadora da Área
1989	Administração Pública	Celina M. de Souza (NPGA/UFBA)
1990	Administração Pública	Celina M. de Souza (NPGA/UFBA)
1995	Administração Pública	Marta F. S. Farah (EAESP/FGV)
1996	Administração Pública	Marta F. S. Farah (EAESP/FGV)
1997	Administração Pública	Élvia Fadul (NPGA/UFBA)
1998	Administração Pública	Élvia Fadul (NPGA/UFBA)

Fonte: Fadul *et al.* (2014, p. 1333)

As mulheres cientistas da segunda geração também assumem papel de protagonismo na terceira e atual geração da AP, visto que continuam atuando como professoras pesquisadoras de referência no campo. Algumas delas, inclusive, fazem parte do rol de autoras que mais publicaram na RAP após os anos 2000.

3.2.3 Apontamentos sobre uma segunda geração de mulheres cientistas da AP

A partir da análise dos dados de autoras que mais publicaram na área no período de 1967 a 2000, e das pesquisadoras que assumiram posição de liderança na ANPAD desde a sua criação até o ano 2000, chegou-se a um conjunto de doze mulheres aqui consideradas como representantes da segunda geração. Analisando o perfil dessas pesquisadoras, complementado com informações de seus currículos Lattes, pode-se considerá-las como as primeiras cientistas propriamente ditas, com base em algumas características que as distinguem da primeira geração.

Primeiramente, destaca-se que a quase totalidade das pesquisadoras tem doutorado, a maioria deles nas áreas de AP e/ou ciência política, e os demais nas áreas de educação, urbanismo, engenharia de produção e sociologia. Além disso, mais da metade das pesquisadoras tem pós-doutorado e possui vasta experiência internacional, atuando como pesquisadoras, professoras visitantes ou consultoras de órgãos internacionais.

A segunda geração de mulheres cientistas da AP se destaca por assumir cargos de liderança em associações científicas, como é o caso de Tania Fischer, que exerceu presidência da ANPAD, na ANPUR e da ANPET, e de Elvia Fadul, fundadora da SBAP e sua primeira presidente. Ambas também assumiram outros cargos de direção ou coordenação da área de AP na ANPAD em diferentes gestões.

As cientistas dessa geração exerceram importantes funções de direção/coordenação na pós-graduação, dentro e fora das universidades em que atuavam. Pode-se mencionar Marta Farah, que coordenou os cursos de mestrado e doutorado em AP e Governo na EAESP/FGV (1995-2001), foi vice-coordenadora do Programa Gestão Pública e Cidadania

(FGV e Fundação FORD) (1996-2006), além de atuar na coordenação da área de AP na ANPAD.

Tânia Fischer também assumiu a representação da área de administração na CAPES (1993-1997), fazendo parte da comissão que criou o mestrado profissional em administração. A ideia do mestrado profissional existia no parecer Sucupira desde 1965, mas levaram-se 25 anos para criar o mestrado e outros 25 anos para criar o doutorado profissional (FISCHER, 2018).

Algumas dessas cientistas tiveram papel relevante como editoras de revistas científicas da área, a exemplo de Deborah Zouain, que esteve à frente da RAP de 1982 a 2011, e de Marta Farah, que atuou como editora da revista *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, de 2009 e 2013.

A maioria das mulheres da segunda geração exerceu atuação relevante junto ao serviço público e às políticas públicas. Destaca-se a atuação de Sônia Maria Fleury Teixeira na Constituinte e na formulação de diversas políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse papel não se encerra no Brasil, tendo muitas delas atuação internacional como consultoras em agências internacionais como a UNESCO, o Banco Mundial, o BID, a OPS, a UNDP, a FLACSO e a UNFPA, entre outras.

Os dados revelam ainda uma forte concentração das publicações em poucas cientistas até o final dos anos 1990. E na primeira década da RAP (1967-1980), a participação das mulheres na autoria de artigos era muito baixa, em torno de 10%, subindo para próximo de 25% na década seguinte (1981-1990) e mantendo-se em torno de 37% das autorias nas décadas mais recentes (1991-2020).

Na segunda geração houve concentração geográfica das cientistas, visto que a maioria delas esteve vinculada a PPGs do sudeste do Brasil, sobretudo da FGV (EAESP e EBAPE), além de UERJ, UFMG e FIOCRUZ. Houve uma tímida participação do nordeste no período, com professoras da UFBA e da UFRN.

O pequeno espaço reservado às mulheres dessa geração não foi limitante para a sua contribuição ao campo. A partir da análise dessas biografias, o que parece ser um marco na atuação dessas mulheres é o acúmulo de papéis e a atuação em diferentes funções e escalas no campo científico.

Primeiramente, observa-se que elas tiveram papel precursor na geração de conhecimento científico e no desenvolvimento de um pensamento brasileiro no campo da AP e das políticas públicas. Destaca-se, como exemplo, a trajetória de Tania Fischer, que em 1977 desenvolve a dissertação “Sobre as tentativas de organização de modalidades de

ensino-aprendizagem nos currículos dos cursos de mestrado em administração no Brasil”. Em 1984 ela defende a tese sobre “O ensino de AP no Brasil: os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade”. Sobre essas experiências, a autora relata:

fiz meu mestrado com o Professor Roberto Fachin e o doutorado com o Professor Adalberto Fischman – ambos em Administração. Foram orientadores extraordinários pois me deram a liberdade para fazer um trabalho intelectual sobre ensino de Administração, que, na época, foi muito criticado. Mas, eles me deram o mais importante: liberdade de criar, liberdade de fazer e o suporte necessário. Sou-lhes muito grata. Essa composição fez de mim uma pessoa que precisa lutar, mesmo que seja para perder (FISCHER, 2018, p. 16).

Ao analisar a biografia das cientistas dessa geração percebe-se que a sua contribuição não foi apenas na produção de conhecimento, mas também no desenvolvimento de novas formas de conhecer, a partir de uma ativa articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e também pela atuação em atividades administrativas e políticas. Assim, pode-se afirmar que elas não eram muitas, mas tiveram um papel de grande relevância e de liderança na criação das bases institucionais e nas experiências que tornaram a pós-graduação uma realidade.

3.3 “AS CONTEMPORÂNEAS” – CIENTISTAS QUE AMPLIARAM E CONSOLIDARAM O CAMPO DA AP NO BRASIL

O período após os anos 2000 é marcado por intensa produção na área de AP. A consolidação do campo, o surgimento de novos PPGs, as novas exigências dos sistemas de avaliação dos programas pela CAPES e pelo CNPQ, e a ampliação de periódicos e eventos especializados em AP ou em áreas correlatas são alguns aspectos que contribuem para a expansão do campo científico. Da mesma forma, as reflexões sobre a trajetória e os rumos da própria área se aprofundam, gerando autocritica sobre o fazer científico a partir dos próprios pesquisadores. Amplia-se o número de publicações que analisam a produção científica e o perfil dos trabalhos e observa-se a ampliação e a diversificação das agendas de pesquisa do campo.

Neste período também tem aumentado a presença de mulheres cientistas na área, que atuam no ensino, na pesquisa e na extensão, publicam, assumem papéis de gestão nas instituições às quais estão vinculadas e nas associações científicas, conquistam reconhecimento e premiações, ocupando espaços de poder e prestígio nesse campo. Conforme Rosa e Andion (2021b), ainda há muita disparidade de gênero na AP, tal qual existe na quase totalidade das ciências no Brasil e no mundo. Entretanto, a análise empreendida

neste capítulo dá luz ao protagonismo dessas mulheres que estiveram presentes desde o nascimento do campo, embora algumas vezes tenham sido invisibilizadas.

Esta seção apresenta as cientistas contemporâneas, com atuação marcante no período de 2000 a 2020. Na impossibilidade de fazer uma justa identificação de todas essas mulheres, aqui também foram utilizados como fontes principais os dados da RAP e da ANPAD, e recorreu-se à análise dos currículos Lattes dessas cientistas para delinear seus perfis e identificar características comuns dessa geração.

3.3.1 A terceira geração de mulheres cientistas da AP na RAP (2001-2020)

No final dos anos 1990 a RAP passou a realizar publicações bimestrais, o que elevou consideravelmente o volume de artigos produzidos nos anos 2000. A quantidade de autore(a)s acompanhou esse crescimento, também contribuindo para isso uma maior frequência de coautorias nos trabalhos. A participação das mulheres nessas autorias elevou-se em termos absolutos, mas continuou com a proporção de pouco mais de um 1/3 dessas autorias. No quadro 5 são apresentadas as autoras que realizaram mais publicações na área de AP na RAP, em ordem alfabética, sendo contabilizadas aquelas que publicaram mais de quatro artigos no período.

Quadro 5 – Autoras com maior número de publicações na RAP de 2001 a 2020

Autoras	Vínculos Institucionais
Alketa Peci	EBAP/FGV
Ana Maria Malik	Saúde Pública/USP; EAESP/FGV
Ana Paula Paes de Paula	UFMG
Carolina Andion	UDESC
Cristiane Kerches da Silva Leite	EACH/USP
Elizabeth Matos Ribeiro	UFBA
Élvia Mirian Cavalcanti Fadul	UFBA; UNIFACS
Fernanda Filgueiras Sauerbronn	UFRJ
Leonor Moreira Câmara	UNB
Maria Arlete Duarte de Araújo	UFRN
Maria Ceci Araujo Misoczky	UFRGS
Maria Rita Loureiro	EAESP/FGV
Marta Ferreira Santos Farah	EAESP/FGV
Suely de Fátima Ramos Silveira	UFV
Teresia Diana L.van Aduard de Macedo Soares	PUC/RJ

Fonte: dados da pesquisa.

Algumas dessas autoras foram identificadas na segunda geração de cientistas e continuam atuantes. Há maior variação de temas, de instituições e de regiões às quais as autoras estão vinculadas do que havia na geração anterior. Muitas autoras também serão

destacadas nas próximas seções, a partir do seu protagonismo na ANPAD e em outros espaços de representação.

3.3.2 As mulheres cientistas na ANPAD, de 2001 a 2020

Assim como nas décadas iniciais da entidade, a presença de mulheres na direção foi rara nesse período, conforme pode ser observado no quadro 6. Destaca-se a presença de Maria Tereza Leme Fleury, que já havia trabalhado como diretora científica da ANPAD sob a presidência de Tania Fischer, desta vez compondo a diretoria nos biênios de 2009-2010 e 2011-2012 como diretora de relações internacionais. E a partir do biênio 2015-2017 em todas as gestões da Associação houve a presença de mulheres. Estiveram nessas funções: Rosilene Marcon, na diretoria de comunicação e publicações no período de 2015-2017; Maria José Tonelli, na diretoria de comunicação e publicações no triênio de 2018-2021; e, a partir de então, tem-se novamente uma mulher na presidência da ANPAD, Alketa Peci, e uma mulher na diretoria científica, Claudia Bitencourt, no triênio atual (2021-2023).

Ou seja, **após um intervalo de 30 anos pode-se observar o retorno de mulheres a esses cargos**. Entre aquelas que compuseram a diretoria nos anos 2000, apenas a atual presidente da ANPAD, Alketa Peci, desenvolveu seu percurso acadêmico em AP.

Nos anos 2000 houve novas subdivisões para acomodar o aumento de submissões de artigos e diferentes especificidades na área de AP. Até 2000 a área ainda se denominava “Política e Negócios Públicos”, passando a dividir-se em duas subáreas, “Gestão Pública e Governança” e “Políticas Públicas” no período de 2001 a 2004. De 2005 a 2008 a área passou a contar com três subdivisões: Estado, Administração Pública e Sociedade Civil (APS-A), Gestão e Políticas Públicas (APS-B) e Gestão Social e Ambiental (APS-C).

No período de 2001 a 2008, Deborah Zouain (EBAP/FGV) esteve na coordenação de subáreas da AP em quase todos os períodos: 2001; 2002; e de 2005 a 2008. Elvia Fadul, que já atuava como coordenadora de área nos anos 1990, segue em protagonismo nos anos 2000, como coordenadora de subáreas no período de 2005 a 2008; e como coordenadora da área de Administração Pública e Gestão Social (APS), agora subdividida por temas, no período de 2009 a 2012. Assim, Elvia Fadul esteve na coordenação da área de AP na ANPAD durante dez anos, sendo ainda líder de tema no período de 2013 a 2014.

Quadro 6 – Composição da direção da ANPAD a partir de 2001

Biênio/Triênio	Direção
2001-2002	Presidente: Clovis L. Machado-da-Silva (UFPR) Diretoria de Acreditação: Antonio de Araujo Freitas
2009-2010	Presidente: Clóvis L. Machado da-Silva (UFPR) Diretoria Científica: Jorge Ferreira da Silva (PUC/RJ) Diretoria Administrativa-Financeira: Hudson Fernandes Amaral (UFMG) Diretoria de Comunicação e Publicações: Tomás de Aquino Guimarães (UNB) Diretoria de Relações Internacionais: Maria Tereza Leme Fleury (FGV/EAESP)
2011-2012	Presidente: Jorge Ferreira da Silva (PUC/RJ) Diretoria Científica: Fernando Bins Luce (UFRGS) Diretoria Administrativa-Financeira: Gelson Silva Junquillo (UFES) Diretoria de Comunicação e Publicações: Tomás de Aquino Guimarães (UNB) Diretoria de Relações Internacionais: Maria Tereza Leme Fleury (FGV/EAESP)
2013-2014	Presidente: Jorge Ferreira da Silva (PUC/RJ) Diretoria Científica: Fernando Bins Luce (UFRGS) Diretoria de Comunicação e Publicações: Antonio Carvalho Neto (PUC/MG) Diretoria de Relações Internacionais (2013): Rodrigo Bandeira-de-Mello (EAESP/FGV) Diretoria de Relações Internacionais (2014): Jorge Ferreira da Silva (PUC/RJ)
2015-2017	Presidente: Tomas de Aquino Guimarães (UNB) Diretoria Científica: Ely Laureano Paiva (EAESP/FGV) Diretoria Administrativa-Financeira: Rosilene Marcon (UNIVALI) Diretoria de Comunicação e Publicações: Rogério Hermida Quintella (UFBA) Diretoria de Ensino de Pós-Graduação: Antonio Carvalho Neto (PUC/MG)
2018-2020	Presidente: Antônio Carlos Gastaud Maçada (UFRGS) Diretoria Científica: Valmir Emil Hoffmann (UFSC/UNB) Diretoria Administrativa-Financeira: Fabio Vizeu Ferreira (PMDA/UP) Diretoria de Comunicação e Publicações: Maria José Tonelli (EAESP/FGV) Diretoria de Comunicação e Publicações: Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV) Diretoria de Ensino de Pós-Graduação: Anielson Barbosa da Silva (UFPB)
2021-2023	Presidente: Alketa Peci (EBAPE/FGV) Diretoria Científica: Claudia Bitencourt (UNISINOS) Diretoria Administrativa-Financeira: André Carlos Busanelli de Aquino (USP) Diretoria de Comunicação e Publicações: Rafael Barreiros Porto (UnB) Diretoria de Ensino de Pós-Graduação: André Luiz Maranhão de Souza-Leão (UFPE)

Fonte: dados da pesquisa.

Em 2009, a ANPAD transformou a lógica de organização e de funcionamento das divisões acadêmicas, eliminando as subdivisões e definindo temas de interesse. A AP continuou com a denominação anterior (Administração Pública e Gestão Social – APS) e para a submissão de trabalhos científicos foram indicados onze temas de interesse, além dos temas livres. Para a definição desses temas foi realizado um levantamento dos programas filiados à ANPAD, identificando aqueles que tinham áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa em AP. A partir disso delinear-se os temas de interesse em conformidade com os seus objetos de estudo. No ano de 2010, a divisão acadêmica voltou a ser denominada como Administração Pública (APB) e também voltou a apresentar oito temas de interesse (até 2013, quando retorna aos onze temas) (FADUL *et al.*, 2014).

No período de 2009 a 2020 estiveram na coordenação da área as professoras Élvia Fadul e Alketa Peci; e participaram do comitê científico as professoras Alketa Peci, Claudia Passador e Paula Schommer. Durante o período elevou-se significativamente a presença de

mulheres na liderança de temas, tanto em quantidade quanto nas especificidades desses temas. Inicialmente estavam mais voltadas a teorias e metodologias em AP e à história e construção de agendas na área, posteriormente participando dos temas de Estado, sociedade, governo e AP; de gerenciamento de organizações públicas; e de análise de políticas públicas; e, finalmente, trabalhando em praticamente todos os temas. Essa mudança foi mais acentuada nos últimos anos, organizando as submissões de trabalhos em doze temas em 2019 e em dezesseis temas em 2020.

3.3.3 Apontamentos sobre a terceira geração de mulheres cientistas da AP no Brasil

Com base nos dados apresentados foram identificadas dezoito mulheres cientistas que mantêm publicação regular na RAP e/ou assumem posição de liderança na ANPAD, no período de 2001 a 2020. Destaca-se que, dentre elas, três cientistas já foram identificadas na segunda geração e continuam com forte protagonismo na produção científica e em posições de liderança na ANPAD nos anos 2000:

a) Élvia Fadul (UNIFACS), que além de manter suas publicações, assumiu a coordenação da subdivisão de Gestão e Políticas Públicas de 2002 a 2009 na ANPAD e assumiu a coordenação do comitê da nova divisão da APB de 2009 a 2012 (completando dez anos nessa liderança). Ela também foi fundadora e primeira presidente da SBAP (2013-2016).

b) Marta Farah (FGV/EAESP), que possui produção regular na RAP no período, além de integrar a Comissão de Avaliação de Livros da CAPES (2012-2015) e atuar como editora da revista *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* (2009-2013).

c) Deborah Zouain, que foi coordenadora de subdivisão na ANPAD de 2001 a 2008, editora da RAP por trinta anos (1982-2011), coordenadora do PPG/EBAPE de 2008 a 2013, e vice-diretora da EBAPE/FGV no período de 2005 a 2010.

Na relação das autoras que mais publicaram na RAP de 2010 a 2020 (quadro 5), aparecem outras cinco mulheres cientistas cujo perfil também poderia se enquadrar na segunda geração, visto que concluíram doutorado nas décadas de 1980 e 1990. São elas: a) Ana Maria Malik (EBAPE/FGV), que atua na área de saúde coletiva e é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ; b) Maria Arlete Duarte de Araújo (PPGP/UFRN), que também foi bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ; c) Maria Rita Loureiro (EBAPE/FGV), uma das precursoras na Escola da área de Administração Pública e Governo; d) Leonor Moreira Câmara, que atuou como consultora da CAPES; e e) Teresia Soares do PPGFA da PUC/RJ, que também é bolsista de produtividade do CNPQ.

Dessa forma, constata-se que quase metade das mulheres cientistas identificadas com protagonismo em publicações na RAP e em participações na ANPAD no período de 2001 a 2020 também exercia papel de liderança no período anterior. Isso indica a continuidade no protagonismo dessas cientistas e isso pode estar relacionado ao tempo de carreira e ao capital simbólico acumulado (BOURDIEU, 2013).

Ao analisar as biografias dessas mulheres a partir da análise de seus currículos lattes, percebe-se algumas características comuns dessa terceira geração:

- O perfil de formação é interdisciplinar, com 1/3 delas tendo realizado doutorado em administração e o restante em gestão de políticas públicas, ciência política, ciências sociais, ciências humanas, educação e economia. Outra característica comum é que quase metade dessas cientistas realizou pós-doutorado no exterior.

- A grande maioria das cientistas dessa geração tem vasta experiência na coordenação de projetos de pesquisa com fomento público e também lidera grupos de pesquisa credenciados no CNPQ, com cinco delas possuindo atualmente bolsa de produtividade em pesquisa.

- Assim como as pesquisadoras da segunda geração, muitas delas assumiram cargos de gestão, seja na direção das suas instituições, seja na coordenação dos cursos de graduação ou pós-graduação onde atuam.

- A maioria dessas pesquisadoras possui ampla inserção internacional, atuando como editoras de revistas internacionais, em associações científicas ou como consultoras de agências internacionais, como o Banco Mundial e a ONU.

- Muitas assumiram posição de liderança nas associações científicas do campo, como a ANPAD, a SBAP e a ANEPCP, além de atuarem como pareceristas *ad hoc* de diferentes comitês científicos nacionais e internacionais.

- Percebe-se uma ampliação da representação regional nessa terceira geração, ainda que tímida, aumentando a participação da região sul. Há, também, uma ampliação dos temas de interesse.

- Na sua grande maioria, as cientistas possuem atuação prática no campo da AP e das políticas públicas, seja por meio de projetos de extensão, de consultoria e/ou junto a órgãos públicos e políticas públicas nos seus campos de atuação.

A terceira geração de cientistas da AP dá continuidade ao trabalho da segunda geração e também apresenta um perfil multifuncional e multitarefas. Elas atuam em diversas frentes para promover a consolidação do campo científico, seja por meio da produção científica, seja exercendo funções administrativas, assumindo a liderança em associações científicas e redes de pesquisa, atuando junto a projetos de pesquisa e de extensão, além do ensino.

Nessa geração evidencia-se uma maior profissionalização da pesquisa científica, com atuação na estruturação e consolidação de grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos com financiamento público. Destaca-se, também, a internacionalização evidente, tanto na formação das pesquisadoras e na sua trajetória quanto na sua prática científica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na identificação e no levantamento das biografias dessas mulheres protagonistas na ciência da AP no Brasil, chegou-se a um grupo seletivo que tem publicado em continuidade nas mais tradicionais revistas do campo e participado de posições de liderança na ANPAD.

Essas mulheres estão, sobretudo, no sudeste do país, concentrando-se nas instituições com maior tradição na pós-graduação em AP. A região nordeste também tem relativa representatividade nos grupos desde a segunda geração de mulheres cientistas. Nas últimas décadas tem ocorrido certa ampliação no número de cientistas e na representação das regiões nordeste e sul do Brasil. As regiões norte e centro-oeste, entretanto, ainda estão sub representadas.

Embora não se tenha realizado uma análise integral nesse aspecto, observa-se que o conjunto de mulheres tratado neste estudo (e das quais pôde-se obter imagens) é, em sua totalidade, branca. Isso aponta para uma segregação não apenas de gênero, mas também de raça entre o(a)s cientistas da AP ao longo da sua história. O estudo de Rosa e Andion (2021b) indica que essa característica ainda é marcante no campo científico da pós-graduação em AP. Segundo as autoras, a participação de cientistas negro(a)s no campo é muito pequena, de menos de 3% do total. E a representatividade das mulheres negras é ainda menor, totalizando pouco mais de 1% do total de cientistas identificados. Elas são raras no grupo docente dos PPGs, não estão presentes nos cargos de coordenação e sequer são contempladas com Bolsas PQ do CNPQ (ROSA; ANDION, 2021b).

Na análise de cada uma das gerações é possível perceber um pequeno aumento no quantitativo de cientistas que compuseram os grupos selecionados e a ampliação dos temas tratados nas publicações. Percebe-se, também, que alguns nomes se repetem na segunda e na terceira gerações. Isso indica, por um lado, a continuidade do protagonismo de algumas mulheres cientistas no campo. Por outro lado, pode haver certa tendência de concentração em algumas poucas mulheres que assumem papel de liderança e conseguem quebrar os muros invisíveis do “labirinto de cristal” (LIMA, 2013), assumindo posições de prestígio e/ou sendo consideradas referência na produção científica do campo.

Mesmo com uma presença quantitativamente menor na trajetória do campo, as cientistas aqui identificadas e analisadas representam um grupo ativo e relevante para a constituição histórica do campo e para a sua consolidação, embora sua atuação nem sempre seja reconhecida nessa trajetória. Nesse sentido, destaca-se o caso de Beatriz Wahrlich, a primeira professora e pesquisadora do campo de AP no Brasil, cujos trabalhos teóricos (através dos seus escritos) e práticos (através dos diferentes cargos públicos ocupados em sua época) foram de grande importância, mas cuja biografia é muito pouco conhecida e cujos trabalhos são pouco referenciados no país, ficando praticamente invisibilizada no campo.

Nesse sentido, a análise aqui empreendida cumpre o seu objetivo de reconhecer a contribuição das mulheres cientistas para a criação e consolidação dos primeiros e principais cursos de graduação e de pós-graduação em AP no Brasil, bem como na produção científica, na formação e qualificação de novo(a)s cientistas e no desenvolvimento de todo um aparato institucional e de experiências e práticas de ensino, pesquisa e extensão, que foram e são essenciais para delinear o que o campo é atualmente.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, M.; BARRERE, R.; MATAS, L.; OSORIO, L.; SOKIL, J. Las brechas de género en la producción científica ibero-americana. In: Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad de la Organización de Estados Iberoamericanos. **Papeles del Observatorio**, n. 9, p. 1-28, out. 2018.

AMERICAN UNIVERSITY. **About University Student Awards**. Disponível em: <<https://www.american.edu/universityawards/students.cfm>>. Acesso em: set. 2021.

ANPAD – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Apresentação**. 2019. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/sobre.php>>. Acesso em: out. 2019.

_____. **Diretorias ANPAD 1977-2021**. 2022. Disponível em: <https://anpad.blob.core.windows.net/files/diretorias_anpad_v5.pdf>. Acesso em: mai. 2022.

_____. **Evento Anual da ANPAD**. Edições Anteriores; Divisões Acadêmicas/Coordenação e Comitê/Temas de Interesse; APB. 2022. Disponível em: <http://anpad.com.br/pt_br/index_event>. Acesso em: jan. 2022.

BERTERO, C. O. Prefácio. In: FACHIN, R. C. **Construindo uma associação científica: trinta anos da ANPAD – memórias, registros, desafios**. Porto Alegre: ANPAD, 2006. Prefácio, p. 11-21.

BOMENY, H.; MOTTA, M. **A escola que faz escola: EBAPE 50 anos**. Rio Janeiro: FGV, 2002.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013.

BOWMAN, John S. **The Cambridge Dictionary of American Biography**. May 1995. Cambridge: Cambridge University Press 1995.

BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Estatuto da Igualdade Racial. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso: 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; WILHEIM, Jorge; SACHS, Ignacy (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de adm. pública no Brasil (1966-1982). **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 66, p. 403-422, jul./set. 2013.

COELHO, F. S. **História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do campo de públicas**. Brasília: ENAP, 2019.

DUARTE, A. A funcionária pública sob a Constituição de 1937. RSP Revisitada, **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 61, n. 1, jan./mar. 2010, p. 113-116.

EDITORIAL. Novas perspectivas. **Revista do Serviço Público**, v. 2, n. 1, p. 3-4, abr. 1946.

FACHIN, R. C. **Construindo uma associação científica: trinta anos da ANPAD – memórias, registros, desafios**. Porto Alegre: ANPAD, 2006.

FADUL, É.; COELHO, F. S.; COSTA, F. L.; GOMES, R. C. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1329-1354, set./out.2014.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813–836, mai./jun. 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **FGV 70 anos**. Site institucional. 2014. Disponível em: <<https://70anos.fgv.br/>>. Acesso em: setembro de 2021.

_____. **Relatório e Balanços do exercício de 1952**. Rio de Janeiro: FGV, 1953. 189 p. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12522/000084597.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: jan. 2022.

FISCHER, T. M. D. Administração como aprendizagem: do vir ao porvir com Tania Fischer. [Entrevista concedida a] Eduardo Davel. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 12, p. 13-31, abr. 2018.

_____. Administração pública como área de conhecimento e ensino. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 278-288, out./dez. 1984.

_____. **ANPAD 30 anos: o ensino como direção estratégica**. In: FACHIN, R. C. **Construindo uma associação científica: trinta anos da ANPAD – memórias, registros, desafios**. Porto Alegre: ANPAD, 2006. Cap. 22, p. 179-183.

KEINERT, T. M.; VAZ, J. C. A história da Revista do Serviço Público a partir da análise de seus editoriais. **Revista do Serviço Público**, ano 45, v. 118, n.2, jul./ago. 1994, p. 9-34.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, set./dez. 2013.

_____. Presença feminina na ciência. **Programa Cidadania Mulher**. Brasília: TV Senado, 09 ago. 2018. 1 vídeo (25 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wckyqM0Cc0I>>. Acesso em: 01 out. 2019.

MEZZOMO, T. M.; LAPORTA, C. B. A RAP e a evolução do campo de administração pública no Brasil (1965-92). **Revista de Administração Pública**, v. 28, n. 1, p. 5-17, jan./mar. 1994.

NASCIMENTO, P. R. A Escola e a pós-graduação. In: BOMENY, H.; MOTTA, M. **A escola que faz escola**: EBAPE 50 anos. Rio de Janeiro: FGV, 2002. Cap. 4, p. 179-192.

PIRES, V.; SILVA, S. A. M.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Dossiê – campo de públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110–126, jul./set. 2014.

QUEIROZ, C. O gênero da ciência: diálogo com teorias feministas abre novas frentes de investigação em distintas áreas do conhecimento. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 289, p. 1-9, mar. 2020.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – RAP. **Repósito FGV de Periódicos e Revistas**. 2021. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap>>. Acesso em: dez. 2021.

ROSA, P. R.; ANDION, M. C. M. Contribuições da sociologia das práticas científicas para o estudo da ciência da administração pública no Brasil. In: XL Encontro da ANPAD, ANPAD 2021, On-line. **Anais do XL Encontro da ANPAD**, 2021. 17 p.

ROSA, P. R.; ANDION, M. C. M. Mulheres na ciência da administração pública. In: IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, ENEPCP, 2021, Evento Virtual. **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, 2021. v. 4. p. 1-26.

ROSA, Patrícia Rodrigues da. **Reconhecendo a contribuição e as experiências de mulheres cientistas na administração pública brasileira**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Escola Superior de Administração e Gerência, Programa de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis: UDESC, 2022. 359 f.

SILVA, B. Apresentação. In: SECKLER-HUDSON, C. Principais processos de organização e direção. **Cadernos de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 28, 1955, 38 p.

SLACK, J. D.; MYERS, N.; NELSON, L.; SIRK, K. Women, research, and mentorship in public administration. **Public Administration Review**, v. 56, n. 5, p. 453-458, sep./oct. 1996.

SPINK, P. A administração pública e a ANPAD. In: FACHIN, R. C. **Construindo uma associação científica**: trinta anos da ANPAD – memórias, registros, desafios. Porto Alegre: ANPAD, 2006. Cap. 25, p. 195-201.

VIEIRA, P. R. Uma Escola para o Brasil. In: BOMENY, H.; MOTTA, M. **A escola que faz escola**: EBAPE 50 anos. Rio de Janeiro: FGV, 2002. Cap. 1, p. 49-67.

WAHRLICH, B. M. S. Apresentação. In: SHERWOOD, Frank P. O aumento do preço do aço da C.S.N. **Cadernos de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 61, 1966, 55 p.

_____. Uma análise das teorias de organização. **Cadernos de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 42, 1958, 82 p.

_____. Uma análise das teorias de organização. 2. ed. **Cadernos de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 42, 1969, 104 p.